

# RuasInvest S.A.

(anteriormente denominada RuasInvest  
Participações S.A.)

**Demonstrações Financeiras em  
31 dezembro de 2023 com Relatório do Auditor  
Independente**

# Conteúdo

<b>Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações dos resultados</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações dos resultados abrangentes</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto</b>	<b>11</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas</b>	<b>12</b>



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Avenida Presidente Vargas, 2.121  
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América  
Edifício Times Square Business  
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil  
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil  
Telefone +55 (16) 3323-6650  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Acionistas e diretores da  
RuasInvest S.A. (anteriormente denominada RuasInvest Participações S.A.)  
São Paulo - SP**

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da RuasInvest S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da RuasInvest S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Outros assuntos

### Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 01 de junho de 2023, com ressalva, devido ao registro do crédito tributário decorrente da exclusão do ICMS da base de cálculo para incidência de PIS e da Cofins originados da decisão favorável transitada em julgada durante o exercício de 2019, da controlada Caio Induscar- Industria e Comércio de Carrocerias Ltda. O montante original de R\$ 77.865 mil, que inclui créditos originados nos exercícios de 2020 e 2021 no montante de R\$ 6.246 mil, foi registrado integralmente no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não seguindo as orientações do Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Conseqüentemente, devido ao reflexo na equivalência patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, o resultado do exercício naquela data, individual e consolidado, está apresentado a maior em R\$37.874 mil, líquido dos efeitos tributários.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto - SP, 31 de março de 2024.

*KPMG Auditores Independentes Ltda.*  
*CRC 2SP-027666/O-5 F SP*



*Giovani Ricardo Pigatto*  
*Contador CRC 1SP263189/O-7*

# RuasInvest S.A.

## Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	66.618	131.499	66.714	132.214
Títulos e valores mobiliários	4	29.484	90.651	29.484	90.651
Contas a receber de clientes	5	-	2.292	248	2.553
Impostos a recuperar		5.214	6.429	5.522	6.609
Empréstimos – partes relacionadas	6	39.721	-	39.721	-
Instrumentos financeiros derivativos	22	10.621	-	10.621	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	8	65.025	46.527	65.025	46.527
Outros ativos	9	3.939	41.106	3.877	41.441
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>220.622</b>	<b>318.504</b>	<b>221.212</b>	<b>319.995</b>
<b>Não circulante</b>					
Tributos diferidos	21	34.862	-	34.862	-
Empréstimos - partes relacionadas	6	-	35.251	-	35.251
Instrumentos financeiros derivativos	22	10.412	-	10.412	-
Títulos e valores mobiliários	4	55.120	-	55.120	-
Outros ativos	9	48	41	48	41
Adiantamento para futuro aumento de capital	6	-	54.448	-	1.650
		<b>100.442</b>	<b>89.740</b>	<b>100.442</b>	<b>36.942</b>
Investimentos	7	1.101.304	648.055	1.100.062	697.977
Imobilizado e direito de uso	10	188.167	4.547	189.198	6.879
Intangível	11	54.299	56.931	54.308	56.951
		<b>1.343.770</b>	<b>709.533</b>	<b>1.343.568</b>	<b>761.807</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>1.444.212</b>	<b>799.273</b>	<b>1.444.010</b>	<b>798.749</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.664.834</b>	<b>1.117.777</b>	<b>1.665.222</b>	<b>1.118.744</b>

# RuasInvest S.A.

## Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2023	2022	2023	2022
<b>Passivo</b>					
Circulante					
Fornecedores		1.468	-	1.687	30
Empréstimos, financiamentos e passivos de arrendamento	12	75.293	64.249	75.293	64.249
Impostos e contribuições a recolher		2.227	2.698	2.311	3.255
Obrigações sociais e trabalhistas		269	192	340	231
Dividendos e juros sobre o capital próprio	8	83.992	75.784	83.992	75.784
Outros passivos	13	82.244	40.253	82.246	40.575
<b>Total do circulante</b>		<b>245.493</b>	<b>183.176</b>	<b>245.869</b>	<b>184.124</b>
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e passivos de arrendamento	12	230.411	94.003	230.411	94.003
Tributos diferidos	21	-	6.637	-	6.637
Empréstimos - partes relacionadas	6	15.088	15.964	15.088	15.964
Provisão para perdas em investimentos	7	5.514	5.497	5.514	5.497
Outros passivos		86	86	98	105
<b>Total do não circulante</b>		<b>251.099</b>	<b>122.187</b>	<b>251.111</b>	<b>122.206</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>496.592</b>	<b>305.363</b>	<b>496.980</b>	<b>306.330</b>
Patrimônio líquido					
Capital social	15	431.000	391.400	431.000	391.400
Adiantamento para futuro aumento de capital		32.897	-	32.897	-
Reserva de lucros		690.241	420.582	690.241	420.582
Ajuste de avaliação patrimonial		14.104	432	14.104	432
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>1.168.242</b>	<b>812.414</b>	<b>1.168.242</b>	<b>812.414</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>1.664.834</b>	<b>1.117.777</b>	<b>1.665.222</b>	<b>1.118.744</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



# RuasInvest S.A.

## Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais), exceto quando indicado de outra forma

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2023	2022	2023	2022
Receita operacional líquida	16	4.057	5.820	4.516	43.859
Custos dos serviços prestados	17	-	-	(2.956)	(16.209)
Lucro bruto		<u>4.057</u>	<u>5.820</u>	<u>1.560</u>	<u>27.649</u>
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas e com vendas	18	(67.688)	(25.422)	(68.218)	(31.563)
Outras despesas operacionais	19	(2.631)	(4.629)	(2.631)	(15.120)
Outras receitas operacionais	19	99.437	161.246	99.543	161.246
Resultado de equivalência patrimonial	7	264.211	158.260	273.092	161.817
Resultado operacional		<u>297.386</u>	<u>295.275</u>	<u>303.346</u>	<u>304.030</u>
Receitas financeiras	20	82.657	71.782	82.669	71.834
Despesas financeiras	20	(53.159)	(52.584)	(53.161)	(57.673)
Resultado financeiro, líquido		<u>29.498</u>	<u>19.198</u>	<u>29.508</u>	<u>14.161</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>326.883</u>	<u>314.473</u>	<u>332.854</u>	<u>318.191</u>
Imposto de renda e contribuição social	21				
Correntes		(14.731)	(36.561)	(14.731)	(39.127)
Diferidos		41.500	3.419	41.500	3.419
		<u>26.769</u>	<u>(33.142)</u>	<u>26.769</u>	<u>(35.708)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>353.652</u>	<u>281.331</u>	<u>359.623</u>	<u>282.483</u>
Atribuível a:					
Acionistas controladores da Companhia		-	-	353.652	281.331
Participação dos não controladores		-	-	5.971	1.152
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>359.623</u>	<u>282.483</u>
Resultado básico e diluído por ação (em Reais)	15	0,76	0,65		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

# RuasInvest S.A.

## Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Lucro líquido do exercício		<u>353.652</u>	<u>281.331</u>	<u>359.623</u>	<u>282.483</u>
Outros resultados abrangentes:					
Mudança no valor justo dos ativos financeiros	23	13.025	2.993	13.025	2.993
Participação no resultado abrangente da investida	7	647	906	647	906
Total do resultado abrangente		<u>367.324</u>	<u>285.230</u>	<u>373.295</u>	<u>286.382</u>
Atribuível a:					
Acionistas controladores da Companhia		-	-	367.324	285.230
Participação dos não controladores		-	-	5.971	1.152
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>373.295</u>	<u>286.382</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

# RuasInvest S.A.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		<b>371.000</b>	-	<b>20.204</b>	<b>185.509</b>	<b>(3.467)</b>	-	<b>573.245</b>	<b>2.551</b>	<b>575.796</b>
Aumento de capital social	15	20.400	-	-	-	-	-	20.400	-	20.400
Outros		-	-	-	354	-	-	354	(3.703)	(3.349)
Mudanças no valor justo dos ativos financeiros	23	-	-	-	-	2.993	-	2.993	-	2.993
Participação no resultado abrangente das investidas	7	-	-	-	-	906	-	906	-	906
Lucro líquido exercício		-	-	-	-	-	281.331	281.331	1.152	282.483
Destinação do lucro:		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal		-	-	14.067	-	-	(14.067)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15	-	-	-	-	-	(66.816)	(66.816)	-	(66.816)
Constituição de reserva de lucros		-	-	-	200.448	-	(200.448)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		<b>391.400</b>	-	<b>34.271</b>	<b>386.311</b>	<b>432</b>	-	<b>812.414</b>	-	<b>812.414</b>
Aumento de capital social	15	39.600	-	-	-	-	-	39.600	-	39.600
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	32.897	-	-	-	-	32.897	-	32.897
Mudanças no valor justo dos ativos financeiros	23	-	-	-	-	13.024	-	13.024	5.971	18.995
Participação no resultado abrangente das investidas	7	-	-	-	-	647	-	647	-	647
Lucro líquido exercício		-	-	-	-	-	353.652	353.652	(5.971)	347.681
Destinação do lucro:		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal		-	-	17.683	-	-	(17.683)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15	-	-	-	-	-	(83.992)	(83.992)	-	(83.992)
Constituição de reserva de lucros		-	-	-	251.977	-	(251.977)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		<b>431.000</b>	<b>32.897</b>	<b>51.954</b>	<b>638.288</b>	<b>14.103</b>	-	<b>1.168.242</b>	-	<b>1.168.242</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

# RuasInvest Participações S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	<b>326.883</b>	<b>314.473</b>	<b>332.854</b>	<b>318.191</b>
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				
Equivalência patrimonial	7	(264.211)	(158.260)	(273.902)
Depreciação/amortização	18/19	37.185	10.294	37.673
Juros e variação cambial de empréstimos e financiamentos		(15.305)	(3.256)	(15.305)
Juros e variação cambial sobre empréstimos de partes relacionadas e outros		(4.470)	(4.311)	(4.470)
Rendimentos de aplicação financeira		(493)	(16.905)	(493)
Ganho com derivativos	22	(21.033)	-	(21.033)
Resultado líquido na baixa de investida		-	(157.711)	(157.711)
Variações nas contas patrimoniais				
Contas a receber de clientes		2.292	3.457	2.346
Direitos creditórios – partes relacionadas	23	13.025	-	13.025
Impostos a recuperar		1.212	(4.556)	1.087
Títulos e valores mobiliários		6.047		6.047
Fornecedores e contas a pagar		1.468	-	1.657
Obrigações sociais e trabalhistas		77	128	109
Impostos e contribuições a recolher		(471)	(7.401)	-944
Outros ativos e passivos		(6.122)	23.793	(4.033)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações		76.084	(255)	75.265
Imposto de renda e contribuição social pagos		(8.312)	(48.041)	(8.312)
Juros pagos		(16.260)	(7.644)	(16.260)
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais</b>		<b>51.512</b>	<b>(55.940)</b>	<b>50.693</b>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de ativo imobilizado e intangível		-	(232)	-
Títulos e valores mobiliários		-	(67.444)	-
Recebimento de caixa na baixa de investimento	19	75.588	271.574	75.788
Recebimento de caixa de pagamento diferido	7.c	9.136	-	9.136
Aquisição de participações societárias		-	(9)	-
Aumento de capital nas investidas	7	(179.751)	(5.857)	(179.751)
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	(54.448)	-
Caixa líquido transferido em venda de controlada		-	-	-
Valores recebidos JCP e dividendos das investidas	8	31.218	10.800	31.218
Valores recebidos da SCP Transportes Metroferroviários	13	44.451	-	44.451
<b>Caixa líquido (utilizado pelas) gerado nas atividades de investimentos</b>		<b>(19.358)</b>	<b>154.384</b>	<b>(19.158)</b>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos e financiamentos		-	-	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos		-	-	-
Amortização de arrendamentos	12.b	(76.389)	-	(76.389)
Pagamento de empréstimos a partes relacionadas		(17.358)	(4.029)	(17.358)
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio		(3.288)	(28.016)	(3.288)
Aumento de capital	23	-	20.400	-
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>		<b>(97.035)</b>	<b>(11.645)</b>	<b>(97.035)</b>
<b>(Redução) Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(64.881)</b>	<b>86.800</b>	<b>(65.500)</b>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		131.499	44.700	132.214
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		66.618	131.499	66.714
<b>(Redução) Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(64.881)</b>	<b>86.800</b>	<b>(65.500)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

*(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

### **1 Contexto operacional**

A RUASINVEST S.A. (adiante designada apenas por “Companhia” ou “RuasInvest”, anteriormente denominada “RuasInvest Participações S.A.”) é uma sociedade gestora de participações sociais cujo objeto social consiste na participação em outras sociedades como sócia ou acionista, além da atuação na representação comercial e agenciamento do comércio de veículos automotores.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade e estado de São Paulo, Brasil. No primeiro trimestre de 2023, a administração mudou o nome da Sociedade para RUASINVEST S.A.

A Companhia, através de suas controladas e coligadas (coletivamente, “Grupo”) atua em todas as regiões do Brasil, além de algumas regiões das Américas do Norte e do Sul, Europa, Ásia e África.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia possuía participação nas seguintes controladas diretas:

<b>Controladas</b>	<b>Participação em 2023</b>	<b>Participação em 2022</b>
ÓTIMA Brasil S.A.	99,999%	100%
QUELUZ Participações S.A.	99,999%	99,999%

Em 01 de abril de 2022, após aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, a RuasInvest e a Publibanca Brasil S.A., assinaram o contrato de compra e venda de ações e outras avenças, no qual fica estipulada a alienação de 51% da participação societária da Companhia na empresa ÓTIMA - Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A., passando a partir dessa data o controle do investimento para a Publibanca Brasil S.A., e permanecendo no quadro societário da companhia com 25,35% de participação (coligada).

Conforme divulgado na Nota 7, a Companhia ainda participa e é sócia de diversas empresas cujos percentuais de participação no capital social variam de 15% a 66,67% (controladas em conjunto e/ou coligadas), no entanto, todas as decisões relevantes são feitas de forma compartilhada entre a Companhia e os demais sócios quotistas, independente do percentual de participação.

## **2 Políticas contábeis materiais**

### **Novas políticas contábeis materiais adotadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023:**

#### **i) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação**

A Companhia adotou o imposto diferido relacionado a ativos e passivos que surgem de uma única transação (alterações ao CPC 32) a partir de 1º de janeiro de 2024. As alterações restringem o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos para desativação e restauração.

A administração avaliou os possíveis impactos dessa política, e não há impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

#### **ii) Imposto mínimo complementar global**

A Companhia adotou a Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois (alterações ao CPC 32) quando da sua publicação. As alterações fornecem uma exceção obrigatória temporária da contabilização de impostos diferidos para o imposto adicional, que entra em vigor imediatamente, e exigem novas divulgações sobre a exposição ao Pilar Dois. A exceção obrigatória se aplica retrospectivamente. No entanto, como nenhuma nova legislação para implementar o imposto adicional foi promulgada ou substancialmente promulgada em 31 de dezembro de 2023 em qualquer jurisdição em que a Companhia opera e nenhum imposto diferido relacionado foi reconhecido nessa data, a aplicação retrospectiva não tem impacto nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.

#### **iii) Informação de políticas contábeis materiais**

A Companhia também adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações contábeis. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecerem informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações contábeis. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na nota explicativa nº 2 Políticas contábeis materiais (2022: Resumo das principais políticas contábeis) em determinados casos, de acordo com as alterações.

#### **iv) Classificação circulante versus não circulante**

A Companhia e suas controladas apresentam ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante.

Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da companhia e das suas controladas.
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.

- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço.
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da Companhia e das suas controladas.
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado.
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço.
- A Companhia e suas controladas não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

A Companhia e suas controladas classificam todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas informações contábeis, salvo indicação ao contrário.

Além disso, a Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações sobre políticas contábeis divulgadas em determinados casos.

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

## **2.1 Base de apresentação**

### **2.1.1 *Demonstrações financeiras individuais e consolidadas***

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

### **2.1.2 *Aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas***

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração da Companhia em 31 de março de 2024.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros, ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

## **2.2 Base de mensuração**

### **2.2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional").

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

### **2.2.2 Moeda estrangeira**

#### **2.2.2.1 Transações em moeda estrangeira**

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

#### **2.2.2.2 Operações no exterior**

Os ativos e passivos das operações no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio média do período. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido.

### **2.2.3 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas brasileiras, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas na Nota Explicativa nº 2.14.



## **2.3 Base de consolidação**

### **2.3.1 Demonstrações financeiras consolidadas**

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

#### **2.3.1.1 Participação dos acionistas não controladores**

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

#### **2.3.1.2 Controladas**

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

A Companhia usa o método de contabilização da aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia.

A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A mensuração da participação não controladora a ser reconhecida é determinada em cada aquisição realizada.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação da Companhia de ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*). Nas aquisições em que a Companhia atribui valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação da Companhia e dos não controladores. Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

#### **2.3.1.3 Perda de controle**

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

#### *2.3.1.4 Transações eliminadas na consolidação*

Saldos e transações entre empresas do Grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre empresas do Grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

#### *2.3.1.5 Investimentos em empresas com negócios em conjunto*

Negócios em conjunto podem ser classificados como uma operação em conjunto (*joint operation*) ou um empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*). Operação em conjunto (ou *joint venture*) é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Essas partes são denominadas de operadores em conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de negócio, que existe somente quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

Empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*) é um negócio que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos dos contratos e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial.

#### *2.3.1.6 Coligadas*

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente com uma participação acionária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

O investimento da Companhia em coligadas inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas pós-aquisição é reconhecida na demonstração do resultado e sua participação na movimentação em reservas pós-aquisição é reconhecida nas reservas. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada for igual ou superior a sua participação na coligada, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas são eliminados na proporção da participação da Companhia nas coligadas. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Se a participação acionária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

## **2.4 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo, considerando os rendimentos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramento dos períodos.

## **2.5 Títulos e valores mobiliários**

Ações - contabilização a valor justo na linha de títulos e valores mobiliários no ativo circulante, uma vez que, a Companhia a qualquer momento pode efetuar a venda do papel pois as ações são extremamente líquidas e prontamente conversíveis em caixa.

Fundos de direitos creditórios - Os fundos de direitos creditórios são classificados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os rendimentos destes títulos, são calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, reconhecidos na demonstração do resultado em “Resultado Financeiro”. A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada em conta de patrimônio líquido, na conta “Outros resultados abrangentes”, sendo realizada contra resultado por ocasião da sua efetiva liquidação.

## **2.6 Instrumentos financeiros**

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

### **2.6.1 Ativos financeiros não derivativos**

#### *Reconhecimento inicial e mensuração*

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo

por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes ele precisa gerar fluxos de caixa futuros que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referidos como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios do Grupo para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo.

Para fins de mensuração subsequente, o Grupo classifica os seus ativos financeiros nas categorias abaixo:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

*Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)*

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros do Grupo ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, empréstimos a coligadas e outras contas a receber.

*Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado*

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Essa categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais o Grupo não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Dividendos sobre investimentos patrimoniais listados são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando houver sido constituído o direito ao pagamento. Um derivativo embutido em um contrato híbrido com um

passivo financeiro é separado do passivo e contabilizado como um derivativo separado se: (a) as características e aos riscos econômicos não estiverem estritamente relacionados às características e riscos econômicos do contrato principal; (b) o instrumento separado, com os mesmos termos que o derivativo embutido, atenda à definição de derivativo; e (c) o contrato híbrido não for mensurado ao valor justo, com alterações reconhecidas no resultado. Derivativos embutidos são mensurados ao valor justo, com mudanças no valor justo reconhecidas no resultado. Uma reavaliação somente ocorre se houver uma mudança nos termos do contrato que modifique significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam necessários ou uma reclassificação de um ativo financeiro fora da categoria de valor justo por meio do resultado Desreconhecimento.

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- O Grupo transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) o Grupo nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando o Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pelo Grupo. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

#### *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros*

O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperada para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses).

Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência

(uma perda de crédito esperada)

Para contas a receber de clientes, o Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, o Grupo não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. O Grupo estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

O Grupo considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 12 meses. No entanto, em certos casos, o Grupo também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável o Grupo receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pelo Grupo.

Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

## **2.6.2 Passivos financeiros não derivativos**

### *Reconhecimento e mensuração*

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores e outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

### *Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado*

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como

instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. O Grupo não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

#### *Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)*

Esta é a categoria mais relevante para o Grupo. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

#### *Desreconhecimento*

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

#### *Compensação de instrumentos financeiros*

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

## **2.7 Imobilizado**

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessárias.

O custo dos ativos imobilizados inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas / outras despesas operacionais no resultado.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<b>Anos</b>
Aeronave	7
Veículos	5
Software	5
Outros	10 a 25
Abrigos	12 a 25

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

## **2.8 Intangível**

### **Ágio**

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "ativo intangível". Se a adquirente apurar deságio, deverá registrar o montante como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

### **Marcas registradas e licenças**

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição, uma vez que têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 10 a 20 anos.

### **Softwares**

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil de até cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes



de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso;
- A administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo;
- O *software* pode ser vendido ou usado;
- O *software* gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados;
- Estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*; e
- O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

### ***Pesquisa e desenvolvimento***

Gastos em atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo.

Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, custos de fabricação que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto, e custos de empréstimo. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Após o reconhecimento inicial, os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

### ***Outros ativos intangíveis***

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável acumulado.

O direito de explorar a concessão foi reconhecido na rubrica “direito de outorga da concessão”, no ativo intangível.

O direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente, sendo a amortização calculada pelo método linear, pelo prazo de 25 anos, que corresponde ao prazo do contrato de Concessão e o que representa o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros.

Os custos para registro das patentes do mobiliário urbano também estão registrados como ativo

intangível e serão amortizados de forma linear durante o prazo de concessão.

### ***Gastos subsequentes***

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

### ***Amortização***

Exceto pelo ágio, a amortização é reconhecida no resultado pelo método linear considerando as vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

## **2.9 Partes relacionadas**

A Companhia faz transações financeiras com suas controladas cujos recursos são aplicados nas atividades de investimento. As operações realizadas não provocam prejuízos aos acionistas não controladores nem, em prejuízo da Companhia, favorecimento de sociedade coligada e controladora ou controlada. Adicionalmente, a Companhia faz transações financeiras com outras partes relacionadas não controladas, cujas condições pactuadas dependem dos montantes, prazos e demais variáveis. As condições contratadas seguem usualmente as praticadas no mercado, sem que haja perda ou favorecimento entre as partes.

## **2.10 Arrendamentos**

O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

### ***Empresa como arrendatária***

O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor o Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para o Grupo ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Razoavelmente certa de ser exercida pelo Grupo e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

### ***Passivos de arrendamento***

Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. Os efeitos da adoção ao CPC 06 (R2) não foram significativos para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

### ***Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor***

O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

## **2.11 Impairment de ativos não financeiros**

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa

(UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

## **2.12 Provisões**

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

## **2.13 Capital social**

### ***Ações ordinárias***

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos incrementais atribuídos diretamente à emissão de novas ações ou opções são reconhecidos no patrimônio líquido como dedução, líquida de impostos, dos recursos obtidos.

### ***Dividendos mínimos obrigatórios***

Os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos como passivo quando designados, conforme estabelecido no Estatuto Social da Companhia.

## **2.14 Reconhecimento de receita**

A receita da controladora é oriunda de rendas por contragarantias prestadas para algumas investidas. No consolidado, a receita do Grupo é proveniente da exploração de espaços publicitários existentes nos mobiliários urbanos instalados através de suas controladas (2023 inclui apenas a controlada Ótima Brasil, em 2022 inclui Ótima Brasil e Ótima Concessionária até 31 de março de 2022 – Nota 1). A receita é registrada de acordo com a veiculação da publicidade contratada. Em média, o período de veiculação das campanhas é de uma semana. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A contrapartida da receita em todo caso é registrada no ativo circulante.

## **2.15 Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras compreendem principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros sobre empréstimos entre partes relacionadas. Receitas com juros são reconhecidas no resultado do exercício utilizando-se a metodologia de taxa efetiva de juros e as distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras compreendem principalmente despesas de juros sobre empréstimos com instituições financeiras, perdas sobre aplicações financeiras, impostos sobre operações financeiras, juros sobre o capital próprio e comissões de fiança. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado por meio do método de juros efetivos.

## **2.16 Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

## **2.17 Imposto de renda e contribuição social diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais e as bases negativas de contribuição social, de acordo com as alíquotas estabelecidas pela legislação fiscal de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social.

Os impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais são reconhecidos como créditos fiscais na extensão em que sejam prováveis que lucros futuros estejam disponíveis para compensação, observado os prazos prescricionais e o limite de 30% dos lucros anuais tributáveis, com base nas projeções financeiras elaboradas e fundamentadas em premissas internas e cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Para suportar o reconhecimento e manutenção dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, a Administração estima resultados tributáveis futuros com base em seu plano de negócios e condições avaliadas de mercado, essa estimativa está exposta aos riscos associados de mercado, taxas, e de crédito, sendo assim, a ocorrência de fatores futuros que impacte esse plano de negócios e consequentemente os resultados tributáveis projetados poderá alterar a avaliação da Administração quanto a registro desses ativos.

## **2.18 Estimativas e premissas críticas**

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, bem como na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, imposto de renda e contribuições sociais diferidos ativos, vida útil do ativo imobilizado e intangível, detalhadas a seguir. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas, no mínimo, anualmente.

- Imposto de renda e contribuições sociais diferidos ativos - Para suportar o reconhecimento e manutenção dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferido, a Administração estima resultados tributáveis futuros com base em seu plano de negócios e condições avaliadas de mercado, essa estimativa está exposta aos riscos associados de mercado, taxas, e de crédito, sendo assim, a ocorrência de fatores futuros que impacte esse plano de negócios e consequentemente os resultados tributáveis projetados poderá alterar a avaliação da Administração quanto a registro desses ativos (Nota 21).
- Vida útil para ativo imobilizado e intangível - A determinação da vida útil dos ativos fixos resulta nas taxas de encargos de depreciação e amortização reconhecidas no resultado do exercício, nesse caso, a Companhia com auxílio de especialistas avalia individualmente as

características desses ativos, sendo que o julgamento envolvido nessa avaliação pode ser alterado em função do estado físico aparente, alteração de tecnologia ou mudança do plano de negócios.

### 3 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. O Grupo RuasInvest não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações contábeis.

a) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com *covenants* (alterações ao CPC 26)

As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. Conforme divulgado nas notas explicativas nº 15 e 16, o Grupo RuasInvest tem um empréstimo bancário com garantia e títulos conversíveis que estão sujeitos a *covenants* específicos. Embora ambos os passivos estejam classificados como não circulantes em 31 de dezembro de 2023, uma futura quebra dos *covenants* específicos, pode exigir que o Grupo RuasInvest liquide os passivos antes das datas de vencimento contratuais. O Grupo RuasInvest está avaliando o possível impacto das alterações na classificação desses passivos e nas respectivas divulgações.

b) Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26 e CPC 40)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações contábeis a avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. O Grupo RuasInvest está avaliando o impacto das alterações, principalmente no que diz respeito à obtenção de informações adicionais necessárias para atender às novas exigências de divulgação. O Grupo RuasInvest não espera que ocorra impactos significativos.

c) Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis consolidadas do Grupo RuasInvest:

- Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06).
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

### 4 Disponibilidades

#### a. Caixa e equivalente de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Bancos conta movimento	929	316	939	487
Aplicações financeiras de liquidez imediata (i)	65.689	131.183	65.775	131.727
	<b>66.618</b>	<b>131.499</b>	<b>66.714</b>	<b>132.214</b>

(i) As aplicações financeiras de liquidez imediata e insignificante risco de mudança no valor, são compostas por:

Instituição financeira	Vencimento	Rendimento	Controladora		Consolidado	
			2023	2022	2023	2022
Banco Safra	12/12/2023	100% CDI	-	78	-	78
Banco Safra	18/05/2023	100% CDI	-	10.857	-	10.857
Banco Safra	27/09/2024	100% CDI	16	-	16	-
Banco Luso Brasileiro	24/05/2027	120% CDI	20.285	20.309	20.285	20.309
Banco Luso Brasileiro	15/09/2028	100% CDI	6.381	6.389	6.381	6.389
Banco Luso Brasileiro	13/09/2027	120% CDI	-	5.843	-	5.843
Banco Luso Brasileiro	16/09/2027	120% CDI	-	341	-	341
Banco Luso Brasileiro	11/10/2027	120% CDI	-	564	-	564
Banco Luso Brasileiro	18/10/2027	120% CDI	-	11.332	-	11.332
Banco Luso Brasileiro	20/10/2027	120% CDI	-	102	-	102
Banco Luso Brasileiro	01/11/2027	120% CDI	-	1.290	-	1.290
Banco Luso Brasileiro	08/12/2027	120% CDI	-	1.200	-	1.200
Banco Luso Brasileiro	-	120% CDI	-	-	1	544
Banco Luso Brasileiro	12/09/2028	120% CDI	10.070	-	10.070	-
Banco Luso Brasileiro	29/09/2028	120% CDI	904	-	904	-
Banco Luso Brasileiro	02/10/2028	120% CDI	23.629	-	23.629	-
Banco Itaú	27/03/2020	97,5% CDI	5	4	5	4
Banco Santander	08/10/2024	101% CDI	3.617	98	3.617	98
Banco Bradesco	09/12/2024	10% CDI	782	114	867	114
Banco Bradesco	03/04/2023	102% CDI	-	72.660	-	72.660
			<b>65.689</b>	<b>131.183</b>	<b>65.775</b>	<b>131.727</b>

As aplicações financeiras de curto prazo são compostas principalmente por Certificados de Depósitos Bancários (“CDBs”) e Operações Compromissadas mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha, com remuneração baseada na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (“CDI”) com liquidez imediata, onde a taxa média é de 115% do CDI para os exercícios de 2023 e 2022, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

## b. Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fundos de investimento em direitos creditórios (i)	72.782	71.134	72.782	71.134
<b>Fundo de investimento não exclusivo:</b>				
Fundos multimercado (ii)	2	10.248	2	10.248
Carteira de ações (iii)	11.820	9.269	11.820	9.269
	<b>84.604</b>	<b>90.651</b>	<b>84.604</b>	<b>90.651</b>
Circulante	<b>29.484</b>	<b>90.651</b>	<b>29.484</b>	<b>90.651</b>
Não circulante	<b>55.120</b>	-	<b>55.120</b>	-

(i) Refere-se a participação de 63.332.742,30 quotas no FIDC Millenium Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiras S.A, constituído em 29 de junho de 2022. Durante o exercício de 2023 o fundo apresentou remuneração média de 20,1% (13,12% em 2022).

A segregação de curto e longo prazos, é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>No curto prazo</b>				
Fundos de investimento Tesouro Selic - LFT	10.581	-	10.581	-
Fundos de investimento em direitos creditórios	7.081	71.134	7.081	71.134
<b>No longo prazo</b>				
Fundos de investimento em direitos creditórios	55.120	-	55.120	-
<b>Total</b>	<b>72.782</b>	<b>71.134</b>	<b>72.782</b>	<b>71.134</b>

Em 31 de dezembro de 2023, estão classificados no curto prazo os valores aplicados em títulos de Tesouro Selic – nomeado Fundo de Investimento Renda Referenciado DI no montante de R\$ 10.581 e valores aplicados em títulos e direitos de crédito devidos por sociedades integrantes de seu Grupo econômico R\$ 7.081 (R\$ 71.134 em 2022) e valores referentes a carteira de ações e fundo multimercado no montante de R\$ 11.822.

No longo prazo estão registrados valores referentes ao Fundo de Investimento em direitos creditórios mencionados anteriormente no montante de R\$ 55.120. O fundo é administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. A movimentação do fundo de investimento, é como segue:

	Controladora e Consolidado	
	2023	2022
Saldo inicial em 31/12/2022	<b>71.134</b>	-
Adições	-	65.350
Rendimentos	14.439	5.784
Resgates de principal	(11.024)	-
Resgates de juros	(1.414)	-
Imposto de renda retido na fonte	(353)	-
Saldo final em 31/12/2023	<b>72.782</b>	<b>71.134</b>
Curto Prazo	17.662	71.134
Longo Prazo	55.120	-
	<b>72.782</b>	<b>71.134</b>

(ii) Refere-se a investimento em fundos multimercado, mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha.

(iii) A carteira de ações da Companhia está substancialmente composta pelos seguintes ativos:

Instituição	Ação	Data da compra	Controladora			
			Valor de custo	Valor justo em 2023	Valor de custo	Valor justo em 2022
Bradesco	PETR4	27/10/2009	6.774	7.359	6.774	4.861
Bradesco	CSNA3	17/12/2009	650	521	650	393
Bradesco	AMER3	04/2022	499	15	499	162
Bradesco	BLAU3	04/2022	183	572	183	919
Bradesco	BRF3	04/2022	14	1.243	14	723
Bradesco	CVC3	04/2022	268	148	268	185
Bradesco	CYRE3	04/2022	499	815	499	447
Bradesco	TBS3	04/2022	1.059	704	1.059	618
Bradesco	LIGT3	04/2022	502	152	502	91
Bradesco	AMAR3	04/2022	114	71	114	119
Bradesco	MGLU3	04/2022	1.499	140	1.499	174
Bradesco	PMAM3	04/2022	367	6	367	9
Bradesco	SHOW3	04/2022	999	74	999	82
			<b>13.427</b>	<b>11.820</b>	<b>13.427</b>	<b>8.783</b>



## 5 Contas a receber

As contas a receber de clientes, no consolidado, são referentes a recebíveis decorrentes da comercialização de espaços publicitários localizados nos mobiliários urbanos sob a sua gestão da controlada Ótima Brasil, na cidade do Rio de Janeiro.

## 6 Partes relacionadas

### a) Títulos e direitos de crédito

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui o montante de R\$72.782 (R\$ 71.134 em 2022), referente títulos e direitos de crédito, constituídos no Millennium Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, compostos substancialmente por recebíveis junto a coligadas que atuam no segmento de transporte coletivo. O referido montante está registrado como títulos e valores mobiliários segregados entre curto prazo e longo prazo, conforme apresentado na Nota 4.

### b) Aplicações Financeiras de liquidez imediata

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui o montante de R\$ 34.603 (em 2022 – R\$47.371) em aplicações financeiras com liquidez diária no Banco Luso Brasileiro S.A. Essas aplicações financeiras, se mantidas até a data de vencimento, remuneram a 120% do CDI., conforme apresentado na Nota 4.

### c) Adiantamento para futuro aumento de capital

Durante o exercício de 2022, a Companhia efetuou adiantamento para futuro aumento de capital na Controlada QUELUZ Participações Ltda., no montante de R\$ 54.558. No primeiro trimestre de 2023, foram integralizados pela QUELUZ o montante de R\$ 52.814, permanecendo a integralizar o montante de R\$185, conforme apresentado na Nota 7.

### d) Garantias prestadas em investimentos

A política do Grupo é fornecer garantias financeiras somente para obrigações das suas controladas. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Entidade havia emitido garantias para certos bancos em relação às linhas de crédito concedidas a duas de suas controladas, conforme abaixo:

Investida	% Part.	Objeto/ Natureza da garantia	Banco emissor	Prazo	Garantia (i)
Via Mobilidade - Linhas 5 e 17	16,66%	2ª Emissão de Debentures	Garantia Fidejussória	-	112.000
Via Mobilidade - Linhas 8 e 9	20,00%	3ª Emissão de Debentures contrato de Suporte: Garantia fidejussória e bancária	- Banco ABC (10%) - Banco Santander (90%)	out/25 out/25	29.695 267.258

(i) Consideram os valores envolvidos nos projetos de acordo com os percentuais de participação nas investidas.

**e) Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber e a pagar**  
Conforme nota explicativa 8.

**(i) Valores a receber**

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo SA	34.548	36.752
Via Mobilidade - Linhas 5 e 17	15.279	4.477
Via Mobilidade - Linhas 8 e 9	1.680	722
Ótima Concessionária de Exploração Mobilidade Urbana S.A.	6.049	-
Petrobras	7	329
GR3 Distribuidora de Alumínio Ltda.	539	539
RC Participações	6.903	3.688
CSN - Companhia Siderúrgica Nacional	20	20
	<b>65.025</b>	<b>46.527</b>

**(ii) Valores a pagar**

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Amarante Participações Ltda.	27.998	25.262
Serpa Participações Ltda.	27.997	25.262
MJR Participações Ltda.	27.997	25.261
	<b>83.992</b>	<b>75.785</b>

**f) Outros passivos**

Conforme nota explicativa 13.

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Compra de Participação Societária – Serpa (i)	1.132	2.163	1.132	2.163
Compra de Participação Societária – MJR (i)	15.105	28.871	15.105	28.871
Compra de Participação Societária – Amarante (i)	2.073	3.963	2.073	3.963
Outros adiantamentos recebidos (ii)	13.914	-	13.916	-
	<b>32.224</b>	<b>34.997</b>	<b>32.226</b>	<b>34.997</b>

**(i)** Saldo remanescente referente a compra de participação da Queluz Participações Ltda. As parcelas são corrigidas por CDI + 6% aa. O contrato prevê o vencimento dos saldos em dezembro de 2024.

**(ii)** Em 31 de março de 2023, a Companhia recebeu de sua controlada Caio Induscar a título de adiantamento o montante de R\$ 29.000. O saldo remanescente será liquidado no primeiro semestre de 2024.

**g) Os empréstimos a pagar e a receber com partes relacionadas estão descritos abaixo:**

Parte Relacionada - A receber	Modalidade	Encargos	Vencimento	Controladora		Consolidado	
				2023	2022	2023	2022
Ótima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S/A (i)	Mútuo	125% CDI + CETIP	30/06/2025	39.721	35.251	39.721	35.251
				39.721	-	39.721	-
				-	35.251	-	35.251
Parte Relacionada - A pagar	Modalidade	Encargos	Vencimento	Controladora		Consolidado	
				2023	2022	2023	2022
APM Investimentos e Participações Ltda. (ii)	Mútuo	Sem encargos	Sem vencimento	15.088	15.964	15.088	15.964
				15.088	15.964	15.088	15.964
				-	-	-	-
				15.088	15.964	15.088	15.964

- (i) **Contratos de mútuo - ÓTIMA - Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A.**  
Em 10 de abril de 2017 a sociedade ÓTIMA - Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A., para fazer frente às necessidades de caixa, firmou contratos de mútuos com os acionistas no montante de R\$2.478, sendo a participação da RuasInvest correspondente ao montante de R\$1.064. O contrato firmado está remunerado em 125% do CDI e teve seu vencimento prorrogado de 10 de janeiro de 2021 para 10 de janeiro de 2022.

No decorrer do 1º semestre de 2021, a fim de conseguir suprir suas necessidades de caixa de giro, a ÓTIMA Concessionaria formalizou novos contratos de mútuos com os acionistas, na proporção de sua participação na companhia, no montante de R\$35.710, sendo a participação da RuasInvest correspondente ao montante de R\$27.431 atualizados em 31 de dezembro de 2021. Os contratos são remunerados a taxa CDI + 0,5% a.m., o que equivale a CDI + 6,17% aa. Esses contratos possuem seu vencimento em 30 de junho de 2025.

O Saldo total a receber da controlada, atualizados e considerados os 2 empréstimos em 31 de dezembro de 2023 é de R\$39.721 (R\$35.251 em 31 de dezembro de 2022).

O montante foi reclassificado para o curto prazo em razão de previsão contratual de vencimento imediato condicionados a liquidação de obrigações de empréstimos da Ótima Concessionária. Estão divulgados, em nota de eventos subsequentes (Nota 25) o seu recebimento em fevereiro de 2024.

A composição do saldo do mútuo a receber pela Companhia é como segue:

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Saldo em 1º de janeiro	35.251	30.940
<u>Adições</u>	-	-
Juros	4.470	4.449
Saldo em 31 de dezembro	<u>39.721</u>	<u>35.251</u>

- (ii) **Contratos de mútuo APM - Investimento e Participações Ltda.**

Em dezembro 2021, a RuasInvest buscando amortizar o saldo de mútuo existente com a empresa APM - Investimentos e Participações Ltda., iniciou um processo para transferência de sua aeronave Bombardier modelo CL 600 2B 16, realizando um contrato de dação no montante de R\$11.132, valor contábil registrado em 30 de novembro de 2021, após assinatura do contrato, a Companhia enviou a documentação solicitada pela ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil e abriu um processo para realização da transferência. Em abril de 2022 houve o retorno negativo por parte da ANAC, e a operação de transferência na aeronave foi cancelada. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi efetuado o pagamento de R\$ 876 (em 2022 - R\$ 4.029).

## **7 Investimentos**

### **7.1 Alienação parcial de Investimento em controlada – ÓTIMA - Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A.**

#### ***a. Conclusão do processo de venda***

As tratativas para a venda de 74,65% de participação dos acionistas (RuasInvest, Rádio Bandeirantes e Kalítera Engenharia) da Ótima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A. para a Publibanca S.A., subsidiária integral da Eletromídia S.A. transcorreram durante o exercício de 2021, em 04 de março de 2022 a transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, e após aprovação do agente financiador Caixa Econômica Federal, foi formalmente finalizada em 01 de abril de 2022. Após a conclusão os acionistas minoritários, Rádio Bandeirantes e Kalítera Engenharia, deixaram o quadro societário e a RuasInvest permaneceu com 25,35% de participação na referida empresa (coligada).

#### ***b. Forma de Pagamento***

A RuasInvest vendeu 29.112.473 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, representativas de 51% do capital social da Companhia, pelo montante de R\$ 300.000 (preço de aquisição) que será pago parcelado da forma descrita a seguir:

- Pagamento Inicial: Na Data do Fechamento, efetuado em 01 de abril de 2022, a Companhia recebeu valor total fixo de R\$271.574, referente ao Pagamento Inicial do Preço de Aquisição.
- Pagamento Diferido – Indenização: A Compradora pagará a Vendedora o valor de R\$ 10.000 em 05 parcelas iguais e anuais, devidas do primeiro ao quinto aniversário da Data do Fechamento, corrigidas de acordo com a variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário), reduzido dos Tributos incidentes sobre rendimentos financeiros para pessoas jurídicas, verificado entre a Data do Fechamento e a data de seus respectivos pagamentos (se e quando devidos), observada a possibilidade de compensação dos valores de eventuais Perdas contra as parcelas do Pagamento Diferido – Indenização.
- Pagamento Diferido – Ajuste de Preço de Aquisição: A Compradora pagará a Vendedora, conforme aplicável, o valor de R\$ 18.426 e, em conjunto com o Pagamento Diferido – Indenização, corrigido de acordo com a variação do CDI, reduzido dos Tributos incidentes sobre rendimentos financeiros para pessoas jurídicas, verificado entre a Data do Fechamento e a data de seus respectivos pagamentos (se e quando devidos), observada a possibilidade de compensação dos valores de eventuais Perdas contra o Pagamento Diferido – Ajuste de Preço de Aquisição.

**c. Ganho de capital na alienação de investimento**

Para determinar o custo de alienação do investimento baixado, a Companhia considerou o valor do investimento na data da alienação (31/03/2022) e o valor residual do intangível - Direito de concessão (Nota 11) até a data da transação, efetuando a baixa proporcional do seu valor líquido. O ganho líquido da alienação está demonstrado no quadro abaixo

	<b>2022</b>
Valor de venda inicial	<u>300.000</u>
(-) Parcela diferida – Indenização (i)	(10.000)
(-) Parcela diferida – Ajuste de preços (i)	<u>(18.426)</u>
Receita da venda	<u>271.574</u>
(-) Baixa intangível (Nota 11)	(105.881)
(-) Baixa Investimento	<u>(7.982)</u>
Ganho de capital na alienação	<u><u>157.711</u></u>

- (i) As parcelas diferidas referentes a indenização ao ajuste de preço de aquisição, descritas no contrato de compra e venda, estão relacionadas ao cumprimento de determinadas obrigações contratuais, relacionadas principalmente com a conclusão da revisão ordinária do Contrato de Concessão junto ao Poder Concedente referente a revisão dos eventos de desequilíbrio econômico e financeiro do referido contrato. Devido as incertezas relacionadas ao êxito ou não pela coligada na revisão do desequilíbrio econômico e financeiro no referido Contrato de Concessão junto, a Companhia não reconheceu essa parcela por entender ser contingente nesse momento, pois tais obrigações serão satisfeitas com a conclusão do processo de revisão tarifária pelo Poder Concedente.

Durante o exercício de 2023, a Controladora recebeu o montante de R\$ 9.136 referente a 1.a. parcela de pagamento diferido do contrato de alienação da Ótima Concessionária.

**7.2 Investimentos em controladas em conjunto e coligadas**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2023	2022	2023	2022
Investimentos em participações societárias (Controladas em conjunto e coligadas)	1.108.431	655.084	1.107.191	705.106
Mais-valia de ativos a valor justo	(7.129)	(7.129)	(7.129)	(7.129)
	<u><b>1.101.302</b></u>	<u><b>648.055</b></u>	<u><b>1.100.062</b></u>	<u><b>697.977</b></u>

**7.3 Provisão para perda em investimentos**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2023	2022	2023	2022
Passivo a descoberto em investimentos	(5.514)	(5.497)	(5.514)	(5.497)
	<u><b>(5.514)</b></u>	<u><b>(5.497)</b></u>	<u><b>(5.514)</b></u>	<u><b>(5.497)</b></u>

## 7.4 Composição dos investimentos

	Investimentos em participações societárias		Mais-valia de ativos a valor justo		Saldo final líquido dos investimentos	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Caio Induscar - Indústria e Comércio de Carrocerias Ltda.	434.614	311.700	(7.129)	(7.129)	427.485	304.571
RC Participações S.A. (i)	95.366	84.925	-	-	95.366	84.925
Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.	252.278	166.728	-	-	252.278	166.728
Ótima Brasil S/A.	1.262	2.892	-	-	1.262	2.892
Tec Glass Indústria e Comércio de Vidros Ltda.	10.520	7.517	-	-	10.520	7.517
Fiberbus - Indústria e Comércio de Fibras de Vidro Ltda.	17.719	9.858	-	-	17.719	9.858
CEAC - Centro Administrativo Caio Ltda.	513	278	-	-	513	278
Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metro de São Paulo S.A.	63.392	29.770	-	-	63.392	29.770
Concessionária das Linhas 8 e 9 do sistema de trens metropolitanos de São Paulo S.A.	150.770	21.268	-	-	150.770	21.268
Concessionária da Linha 15 do Metro de São Paulo S.A.	462	455	-	-	462	455
Ótima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A.	42.637	23.216	-	-	42.637	23.216
CPA Centro de Processamento de Alumínio Ltda. (ii)	-	9.617	-	-	-	9.617
OM Linha 6 S.A.	1.803	1.836	-	-	1.803	1.836
Queluz Participações Ltda. (iii)	37.088	(14.844)	-	-	37.088	7.831
RIMU - RuasInvest Mobilidade Urbana S.A.	9	9	-	-	9	9
<b>Controladora</b>	<b>1.108.433</b>	<b>655.225</b>	<b>(7.129)</b>	<b>(7.129)</b>	<b>1.101.304</b>	<b>670.771</b>
<b>Consolidado</b>	<b>1.100.062</b>	<b>697.977</b>	<b>(7.129)</b>	<b>(7.129)</b>	<b>1.100.062</b>	<b>705.106</b>

(i) Companhia detentora de 49,23% das ações do Banco Luso Brasileiro S.A.

(ii) A coligada CPA foi incorporada pela Caio Induscar – Indústria e Comércio de Carrocerias Ltda. no exercício de 2023.

Em janeiro de 2020, a Companhia adquiriu 99,99% das quotas de participação societária na Queluz Participações Ltda., sendo registrado deságio por compra vantajosa pelo montante de R\$26.985. Conforme CPC 15, essa aquisição não configurou uma combinação de negócios, tendo em vista que o controle da sociedade continua em poder das empresas Amarante, Serpa e MJR, acionistas e administradores da RuasInvest.

## 7.5 Informações relevantes sobre os investimentos avaliados por equivalência patrimonial

Empresas	Quotas/ações possuídas pela Companhia		% de participação da Companhia		Ativo		Passivo		Patrimônio líquido		Resultado do exercício	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
<b>Controlada</b>												
Ótima Brasil S.A.	8.701.182	8.701.182	100,00%	100,00%	1.697	2.352	437	949	1.261	2.892	(2.888)	(397)
Queluz Participações Ltda	45.999.999	45.999.999	99,99%	99,99%	63.833	66.305	22	54.464	63.812	11.766	13.359	(53.978)
<b>Controlada em conjunto</b>												
Caio Induscar - Indústria e Comércio de Carrocerias Ltda.(i)	147.000.000	147.000.000	49,00%	49,00%	1.457.423	1.387.090	585.004	765.516	872.418	621.574	239.855	196.774
<b>Coligadas</b>												
RC Participações S.A.	55.338.946	55.338.946	66,67%	66,67%	183.019	129.885	40.269	1.004	142.751	128.881	20.175	20.979
Ótima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A.	14.470.112	14.470.112	25,35%	25,35%	363.788	286.430	171.734	194.849	91.581	91.581	100.473	80.801
OM Linha 6 Participações S.A.	13.588.616	13.588.616	21,61%	21,61%	8.617	8.699	(14.157)	203	22.774	8.496	(154)	818
Tec Glass Indústria e Comércio de Vidros Ltda.	2.450.000	2.450.000	49,00%	49,00%	25.493	19.360	4.024	4.019	21.469	15.340	6.129	2.973
Fiberbus - Indústria e Comércio de Fibras de Vidro Ltda.	1.715.000	1.715.000	49,00%	49,00%	52.743	37.152	16.582	17.035	36.161	20.118	16.043	5.693
CEAC - Centro Administrativo Caio Ltda.	98.000	98.000	49,00%	49,00%	1.520	969	475	402	1.045	567	479	60
CPA Centro de processamento de Alumínio Ltda.	5.145.000	5.145.000	49,00%	49,00%	-	94.003	-	74.376	-	19.627	-	1.935
TVO Publicidade S.A.	1.640.939	1.640.939	20,79%	20,79%	2.505	2.870	27.544	29.322	(25.039)	(26.452)	(82)	(97)
Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo SA.	22.441.071	22.441.071	15,00%	15,00%	3.828.289	3.240.644	2.146.434	1.530.147	1.681.855	1.111.521	765.426	323.371
Concessionária das Linhas 8 e 9 do sistema de trens metropolitanos de São Paulo S.A.	64.000.000	64.000.000	20,00%	20,00%	5.423.627	3.046.743	6.177.480	2.612	753.853	106.342	(234.608)	64.709
Concessionária da Linha 15 do Metro de São Paulo S.A.	14.598.000	14.598.000	20,00%	20,00%	2.312	2.275	-	1	2.312	2.275	(37)	(20)
Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metro de São Paulo S.A.	14.827.400	14.827.400	16,66%	16,66%	1.262.036	951.120	881.532	466.877	380.504	178.731	268.412	74.456
RIMU - RuasInvest Mobilidade Urbana S.A.	9.100	9.100	91,00%	91,00%	9	9	-	-	9	9	-	-

- (i) A Controlada em conjunto Caio Induscar possui ações no âmbito judicial para recuperação dos valores tributados na inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Em 13 de maio de 2021 o STF decidiu que o ICMS destacado na nota fiscal pode ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS com efeitos retroativos a 15 de março de 2017. Após o julgamento dos embargos de declaração e modulação pelo STF, foi possível o Grupo ter elementos suficientes para a mensuração confiável do valor do crédito tributário a ser efetivamente recuperado e reconhecido. O processo da Caio teve seu trânsito em julgado no dia 15 de agosto de 2019. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Caio finalizou o levantamento do cálculo dos referidos créditos tributários, reconhecendo inicialmente o montante de R\$ 106.787 onde R\$ 77.865, referente ao montante original do crédito tributário, foram reconhecidos em outras receitas operacionais) e R\$ 28.922, referente aos juros sobre os créditos elegíveis foram reconhecidos como receitas financeiras, nas demonstrações financeiras da controlada em conjunto.



## 7.6 Movimentação dos investimentos

Empresa	Participação	2022	Equivalência patrimonial	Efeito reflexo de investidas	Aumento de capital	Aquisição / Baixa	Destinação de dividendos	Outros	Mutações	2023
Caio Induscar - Indústria e Comércio de Carroceiras Ltda.	49,00%	304.571	118.197	-	-	-	-	-	4.717	427.485
RC Participações S.A.	66,67%	84.925	13.461	-	-	-	(3.214)	194	-	95.366
OM LINHA 6 S.A.	21,61%	1.836	(33)	-	-	-	-	-	-	1.803
TEC Glass Indústria e Comércio de Vidros Ltda.	49,00%	7.517	3.003	-	-	-	-	-	-	10.520
Fiberbus - Indústria e Comércio de Fibras de Vidro Ltda.	49,00%	9.858	7.861	-	-	-	-	-	-	17.719
CEAC - Centro Administrativo Caio Ltda.	49,00%	278	235	-	-	-	-	-	-	513
CPA Centro de Processamento de Alumínio Ltda.	49,00%	9.617	(4.900)	-	-	-	-	-	(4.717)	-
TVO Publicidade S.A.	20,79%	(5.497)	(17)	-	-	-	-	-	-	(5.514)
Ótima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A. (ii)	76,35%	23.216	25.470	-	-	-	(6.049)	-	-	42.637
Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo SA	15,00%	166.728	110.981	-	-	-	(25.431)	-	-	252.278
Ótima Brasil	100,00%	2.892	(3.637)	-	2.000	-	-	7	-	1.262
Via Mobilidade - Linhas 5 e 17	16,66%	29.770	42.701	-	-	-	(9.079)	-	-	63.392
Via Mobilidade - Linhas 8 e 9	20,00%	21.268	(48.249)	-	177.751	-	-	-	-	150.770
Via Mobilidade - Linha 15	20,00%	455	7	-	-	-	-	-	-	462
Queluz Participações Ltda	99,99%	(14.484)	(867)	(927)	-	-	-	367	52.999	37.088
RIMU – RuasInvest Mobilidade Urbana S.A. (i)	91,00%	9	-	-	-	-	-	-	-	9
		<b>642.959</b>	<b>264.213</b>	<b>(927)</b>	<b>179.751</b>	<b>-</b>	<b>(43.773)</b>	<b>568</b>	<b>52.999</b>	<b>1.095.790</b>
<b>Classificado como investimentos</b>		<b>648.456</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.101.304</b>
<b>Classificado como passivo a descoberto em investimentos</b>		<b>(5.497)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(5.514)</b>
		<b>642.959</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.095.790</b>

- (i) Em março de 2022, a RuasInvest, juntamente com as companhias Amarante Participações S.A., Serpa Participações S.A. e MJR Participações S.A., constitui a companhia RuasInvest Mobilidade Urbana S.A., cujo objeto social consiste na participação de outras sociedades como sócia ou acionista, participando com 91% das ações subscritas, o investimento ainda está sem operação.
- (ii) Em 01 de abril de 2022, após aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, a RuasInvest e a Publibanca Brasil S.A, assinaram o contrato de compra e venda de ações e outras avenças, no qual fica estipulada a alienação de 51% da participação societária da Companhia na empresa ÓTIMA - Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A., passando a partir dessa data o controle do investimento para a Publibanca Brasil S.A, e permanecendo no quadro societário da companhia com 25,35% de participação.

**RuasInvest Participações S.A.**  
**Demonstrações Financeiras**  
em 31 dezembro de 2023

<b>Empresa</b>	<b>Participação</b>	<b>2021</b>	<b>Equivalência patrimonial</b>	<b>Efeito reflexo de investidas</b>	<b>Aumento de capital</b>	<b>Aquisição / Baixa</b>	<b>Distribuição de lucros</b>	<b>Mutações</b>	<b>2022</b>
Caio Induscar - Indústria e Comércio de Carroceiras Ltda.	49,00%	207.333	96.419	819	-	-	-	-	304.571
RC Participações S.A.	66,67%	74.142	13.993	(1.913)	261	-	(3.323)	1.765	84.925
OM LINHA 6 S.A.	21,61%	781	177	-	-	-	-	878	1.836
TEC Glass Indústria e Comércio de Vidros Ltda.	49,00%	6.060	1.457	-	-	-	-	-	7.517
Fiberbus - Indústria e Comércio de Fibras de Vidro Ltda.	49,00%	7.056	2.790	-	-	-	-	12	9.858
CEAC - Centro Administrativo Caio Ltda.	49,00%	248	29	-	-	-	-	-	278
CPA Centro de Processamento de Alumínio Ltda.	49,00%	8.769	948	-	-	-	-	(99)	9.617
TVO Publicidade S.A.	20,79%	(5.479)	(18)	-	-	-	-	-	(5.497)
Ótima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A.	76,35%	8.230	22.967	-	-	(7.982)	-	-	23.216
ViaQuatro	15,00%	130.783	48.506	-	-	-	(12.119)	(442)	166.728
Ótima Brasil	100,00%	3.290	(798)	-	-	-	-	-	2.892
Via Mobilidade - Linhas 5 e 17	16,66%	20.521	12.431	-	-	-	(2.952)	(229)	29.770
Via Mobilidade - Linhas 8 e 9	20,00%	3.299	12.942	215	5.596	-	-	(783)	21.268
Via Mobilidade - Linha 15	20,00%	459	(4)	-	-	-	-	-	455
Queluz Participações Ltda (i)	99,99%	40.076	(53.977)	-	-	-	-	(983)	(14.484)
RIMU – RuasInvest Mobilidade Urbana S.A.	91,00%	-	-	-	-	9	-	-	9
		<b>505.568</b>	<b>157.862</b>	<b>(879)</b>	<b>5.857</b>	<b>(7.973)</b>	<b>(18.394)</b>	<b>119</b>	<b>642.959</b>
<b>Classificado como investimentos</b>		<b>511.047</b>	-	-	-	-	-	-	<b>648.456</b>
<b>Classificado como passivo a descoberto em investimentos</b>		<b>(5.479)</b>	-	-	-	-	-	-	<b>(5.497)</b>
		<b>505.568</b>	-	-	-	-	-	-	<b>642.959</b>

- (i) Em janeiro de 2020 a empresa adquiriu 99,99% das quotas de participação societária na Queluz Participações Ltda. Conforme CPC 15, essa aquisição não configurou uma combinação de negócios, tendo em vista que o controle da sociedade continua em poder das empresas Amarante, Serpa e MJR, acionistas e administradores da RuasInvest.

## 8 Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber e a pagar

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo SA	34.548	36.752
Via Mobilidade - Linhas 5 e 17	15.279	4.477
Via Mobilidade - Linhas 8 e 9	1.680	722
Ótima Concessionária de Exploração Mobilidade Urbana S.A.	6.049	-
Petrobras	7	329
GR3 Distribuidora de Alumínio Ltda.	539	539
RC Participações	6.903	3.688
CSN - Companhia Siderúrgica Nacional	20	20
	<b>65.025</b>	<b>46.527</b>

A movimentação dos dividendos e juros sobre capital próprio a receber no exercício está como a seguir:

	<b>2022</b>	<b>Declarados</b>	<b>Recebidos</b>	<b>2023</b>
Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo SA	36.752	28.692	(30.896)	34.548
Via Mobilidade - Linhas 5 e 17	4.477	10.802	-	15.279
Via Mobilidade - Linhas 8 e 9	722	958	-	1.680
Ótima Concessionária de Exploração Mobilidade Urbana S.A.	-	6.049	-	6.049
Petrobras	329	-	(322)	7
GR3 Distribuidora de Alumínio Ltda.	539	-	-	539
RC Participações	3.688	3.214	-	6.903
CSN - Companhia Siderúrgica Nacional	20	-	-	20
	<b>46.527</b>	<b>49.715</b>	<b>(31.218)</b>	<b>65.025</b>

A composição do saldo de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar, é como segue:

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Amarante Participações Ltda.	27.998	25.262
Serpa Participações Ltda.	27.997	25.262
MJR Participações Ltda.	27.997	25.261
	<b>83.992</b>	<b>75.785</b>

A movimentação dos dividendos e juros sobre capital próprio a pagar no exercício está como a seguir:

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Saldo em 31 de dezembro	75.785	36.985
Aumento de capital	(39.600)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	(32.897)	-
Dividendos distribuídos	(3.288)	(28.016)
Dividendos declarados e provisionados	83.992	66.816
<b>Saldo final</b>	<b>83.992</b>	<b>75.785</b>

## 9 Outros ativos

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Execução de garantia Move São Paulo (i)	-	40.138	-	40.138
Adiantamentos	849	546	849	546
Caruana	-	414	-	414
AFAC Ótima Brasil	64	-	-	-
AFAC Queluz	5	-	-	-
Finanças	3.069	-	3.069	-
Outros	-	22	6	357
	<u>3.987</u>	<u>41.147</u>	<u>3.925</u>	<u>41.482</u>
Circulante	3.939	41.106	3.877	41.441
Não circulante	48	41	48	41

- (i) Em outubro de 2020 foi firmado um acordo de venda de direito à Concessão da Move SP. A empresa ACCIONA que adquiriu esse direito, assumiu o compromisso de pagamento da dívida junto aos garantidores da fiança de 2017, quitando a primeira parcela no valor de R\$37,5 milhões. Em novembro de 2021 e 2022 empresa ACCIONA quitou as segundas e terceiras parcelas, respectivamente, e o saldo remanescente foi recebido em 2023 no montante de R\$ 40.138.

## 10 Imobilizado e Direito de Uso

	<b>Vida útil (anos)</b>	<b>Controladora</b>			
		<b>2023</b>		<b>2022</b>	
		<b>Custo</b>	<b>Depreciação acumulada</b>	<b>Líquido</b>	<b>Líquido</b>
Aeronave	10	217.858	(30.221)	187.638	4.316
Veículos	5	-	-	-	-
Software	5	40	(15)	25	31
Outros	10-25	523	(21)	502	200
		<u>218.421</u>	<u>(30.257)</u>	<u>188.166</u>	<u>4.547</u>

<b>Consolidado</b>					
<b>2023</b>					
<b>2022</b>					
	<b>Vida útil (anos)</b>	<b>Custo</b>	<b>Depreciação acumulada</b>	<b>Líquido</b>	<b>Líquido</b>
Aeronave	10	217.858	(30.221)	187.638	4.073
Veículos	5	-	-	-	-
Software	5	40	(15)	25	31
Abrigos	12 a 25	4.427	(3.454)	973	-
Outros	10 a 20	680	(119)	561	2.775
		<b>223.005</b>	<b>(33.809)</b>	<b>189.198</b>	<b>6.879</b>

Em junho de 2023, a Companhia efetuou a venda da aeronave Marca Bombardier, modelo técnico CL-600-2B16 e modelo comercial Challenger adquirida em abril de 2013 pelo valor de R\$ 75.588.

Em março de 2023 a Companhia efetuou a compra de uma nova aeronave Marca Bombardier, INC 2019, modelo Global 6.000, na modalidade de arrendamento mercantil por meio de contrato de *leasing* financeiro no montante de R\$ 217.858. Essa aeronave tem como objetivo: viabilizar viagens a novos empreendimentos pelos diretores da RuasInvest; viagens nacionais e ao exterior relacionadas às participações societárias diretas e indiretas (Caio Induscar, Caio México, Caio Chile); e, boa impressão e imagem associadas à excelência dos produtos e serviços do Grupo RuasInvest.

As principais coberturas de seguro da aeronave referem-se a casco e guerra (US\$37,5 milhões), danos pessoais (US\$25 milhões) e responsabilidade civil (US\$250 milhões).

A movimentação do custo do imobilizado está demonstrada abaixo:

#### a) Controladora

	<b>Aeronave</b>	<b>Software</b>	<b>Outros</b>	<b>Total</b>
<b>Custo</b>				
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>63.152</b>	<b>40</b>	<b>2</b>	<b>63.194</b>
Adição	26	-	206	232
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>63.178</b>	<b>40</b>	<b>208</b>	<b>63.426</b>
Adição	217.858	-	316	218.174
Baixa	(63.178)	-	-	(63.178)
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>217.858</b>	<b>40</b>	<b>524</b>	<b>218.422</b>

	Aeronave	Software	Outros	Total
<b>Depreciação</b>				
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<u>(53.072)</u>	<u>(2)</u>	<u>(2)</u>	<u>(53.076)</u>
Adição	(5.790)	(7)	(6)	(5.803)
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<u>(58.862)</u>	<u>(9)</u>	<u>(8)</u>	<u>(58.879)</u>
Adição	(34.535)	(6)	(13)	(34.554)
Baixa	63.178	-	-	63.178
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<u>(30.219)</u>	<u>(15)</u>	<u>(21)</u>	<u>(30.255)</u>
<b>Em 31 de dezembro de 2022, líquido</b>	<b>4.316</b>	<b>31</b>	<b>200</b>	<b>4.547</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2023, líquido</b>	<b>187.639</b>	<b>25</b>	<b>503</b>	<b>188.167</b>

## b) Consolidado

	Aeronave	Abrigos	Software	Outros	Total
<b>Custo</b>					
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<u>63.152</u>	<u>143.444</u>	<u>40</u>	<u>40.111</u>	<u>246.747</u>
Adição	26	-	-	838	864
Baixa	-	(143.444)	-	(24.270)	(167.714)
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<u>63.178</u>	<u>-</u>	<u>40</u>	<u>16.679</u>	<u>79.897</u>
Adição	217.858	-	-	316	218.174
Baixa	(63.178)	-	-	(1.290)	(64.468)
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<u>217.858</u>	<u>-</u>	<u>40</u>	<u>15.705</u>	<u>233.603</u>
<b>Depreciação</b>					
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<u>(53.072)</u>	<u>(46.735)</u>	<u>(2)</u>	<u>(13.294)</u>	<u>(113.103)</u>
Adição	(5.790)	(1.717)	(7)	(853)	(8.367)
Baixa	-	48.452	-	-	48.452
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<u>(58.862)</u>	<u>-</u>	<u>(9)</u>	<u>(14.147)</u>	<u>(73.018)</u>
Adição	(34.535)	-	(9)	(21)	(34.565)
Baixa	63.178	-	-	-	63.178
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<u>(30.219)</u>	<u>-</u>	<u>(18)</u>	<u>(14.168)</u>	<u>(44.405)</u>
<b>Em 31 de dezembro de 2022, líquido</b>	<b>4.316</b>	<b>-</b>	<b>31</b>	<b>2.532</b>	<b>6.879</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2023, líquido</b>	<b>187.639</b>	<b>-</b>	<b>22</b>	<b>1.537</b>	<b>189.198</b>

### Garantia

A aeronave da marca Bombardier, INC 2019, modelo Global 6.000, que foi adquirida na modalidade de arrendamento mercantil por meio de contrato de *leasing* financeiro no montante de R\$ 217.858, é a garantia da operação, até a quitação do arrendamento.

### Valor recuperável do ativo imobilizado

De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável dos ativos, o Grupo avalia, ao final de cada exercício, eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre seu valor de recuperação. A Administração do Grupo não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de realização dos testes de provisão para recuperabilidade em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

## 11 Intangível

Avaliação de intangíveis	Controladora	Consolidado
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2022</b>	<b><u>167.302</u></b>	<b><u>167.311</u></b>
Baixas (i)	(105.881)	(105.881)
Amortização	<u>(4.490)</u>	<u>(4.490)</u>
<b>Saldo contábil</b>	<b><u>56.931</u></b>	<b><u>56.940</u></b>
Saldo de custo	101.677	101.697
Amortização acumulada	<u>(44.746)</u>	<u>(44.746)</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b><u>56.931</u></b>	<b><u>56.951</u></b>
<b>Saldo de custo</b>	<b>56.931</b>	<b>56.951</b>
Amortização	(2.632)	(2.632)
<b>Saldo contábil</b>	<b><u>54.299</u></b>	<b><u>54.319</u></b>
Saldo de custo	58.904	58.913
Amortização acumulada	<u>(4.605)</u>	<u>(4.605)</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b><u>54.299</u></b>	<b><u>54.308</u></b>

- (i) Corresponde a baixa pela alienação de 51% da Ótima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano, ocorrida em 01 de abril de 2022 (Nota 7.1).

O intangível está representado pelo saldo remanescente do direito de outorga registrado na aquisição da Ótima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A. Conforme divulgado na Nota 7.1, a Companhia permaneceu na sociedade com 25,35% de participação.

### Teste de recuperabilidade de ativos (*impairment*)

A Administração tem monitorado os gatilhos para fins de testes de *impairment* da Companhia e suas controladas e concluiu que não há indicação de que seus ativos possam ter sofrido desvalorização. Como não havia gatilhos na data base das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023, os seus ativos não foram submetidos para fins de testes de *impairment*.

## 12 Empréstimos, financiamentos e passivos de arrendamentos

### a. Saldos

Modalidade	Garantia	Moeda	Instituição financeira	Encargos	Vencimento	Controladora		Consolidado	
						2023	2022	2023	2022
Cédula de crédito bancário	Aval	US\$	Santander	4,59% a.a.	jan/24	45.890	48.180	45.890	48.180
Cédula de crédito bancário	Aval	US\$	Santander	4,59% a.a.	jan/24	14.902	16.060	14.902	16.060
Cédula de crédito bancário	Aval	US\$	Santander	6,24% a.a.	nov/26	87.445	94.012	87.445	94.012
Arrendamento Mercantil (c)	Aval	R\$	Safrá	7,63% a.a.	mar/31	157.467	-	157.467	-
						<b>305.704</b>	<b>158.252</b>	<b>305.704</b>	<b>158.252</b>
					Circulante	75.293	64.249	75.293	64.249
					Não circulante	230.411	94.003	230.411	94.003



**(a) Reconciliação da dívida líquida**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Empréstimos e financiamentos	305.704	158.252	305.704	158.252
Total da dívida	<u>305.704</u>	<u>158.252</u>	<u>305.704</u>	<u>158.252</u>
Caixa e equivalentes de caixa	(66.618)	(131.499)	(66.714)	(132.214)
<b>Total da dívida líquida</b>	<b><u>239.086</u></b>	<b><u>26.753</u></b>	<b><u>238.990</u></b>	<b><u>26.038</u></b>

**(b) Reconciliação do fluxo de caixa**

**Controladora e Consolidado**

	<b>Empréstimos e financiamentos</b>
Dívida líquida em 1º de janeiro de 2022	<u>169.152</u>
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa	
Pagamento de juros	(7.644)
<b>Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa</b>	
Apropriação de juros	7.269
Variação cambial	<u>(10.525)</u>
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2022	<u>158.252</u>
Dívida líquida em 1º de janeiro de 2023	<u><b>158.252</b></u>
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa	
Pagamento de principal	(76.389)
Pagamento de juros	(9.323)
<b>Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa</b>	
Captação de novos empréstimos -Leasing	217.858
Apropriação de juros	26.428
Variação cambial	<u>(11.122)</u>
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2023	<u><b>305.704</b></u>

### (c) Arrendamento Mercantil

Em 31 de março de 2023, a Companhia contratou um arrendamento financeiro para utilização do bem arrendado Aeronave Bombardier Global 6.000. O prazo do contrato é de 16 semestres, a findar em janeiro de 2031, com pagamentos semestrais, com taxa de juros pré-fixada de 15,2% a.a.

Anexo ao contrato de arrendamento mercantil, a Companhia contratou um *swap* de fluxo de caixa no montante de R\$ 152.501, com taxa de juros de 7,63% aa, com cotação de USD 5,12 por real, como instrumento de proteção de taxa de juros ao contrato de arrendamento. Os ajustes são calculados junto com o vencimento das parcelas (Nota 22).

### (d) Obrigações decorrentes dos contratos de financiamento

As próximas obrigações decorrentes dos contratos de financiamentos estão demonstradas a seguir:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Até 6 meses	74.668	-
De 6 meses até 1 ano	12.941	64.240
De 1 anos até 2 anos	23.330	94.012
De 2 anos até 3 anos	20.296	-
Acima de 3 anos	174.469	-
	<u><b>305.704</b></u>	<u><b>158.252</b></u>

## 13 Outros passivos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Compra de Participação Societária – Serpa (a)	1.132	2.163	1.132	2.163
Compra de Participação Societária – MJR (a)	15.105	28.871	15.105	28.871
Compra de Participação Societária – Amarante (a)	2.073	3.963	2.073	3.963
SCP Transportes Metroferroviários (b)	50.020	5.569	50.020	5.569
Outros adiantamentos recebidos (c)	13.914	-	13.916	-
	<u><b>82.244</b></u>	<u><b>40.253</b></u>	<u><b>82.246</b></u>	<u><b>40.566</b></u>

- a) Saldo remanescente referente a compra de participação da Queluz Participações Ltda. As parcelas são corrigidas por CDI + 6% aa. O contrato prevê o vencimento dos saldos em dezembro de 2024.

- b) Em 30 de agosto de 2023 foi constituída a SCP Sociedade em Contas de Participação denominada SCP Transportes Metroferroviários para realizar investimentos em determinados projetos. Nesta sociedade, a RuasInvest detém 75% de participação (sócio ostensiva) e a sócia participante 25% de participação. Durante o exercício de 2023, as chamadas de capital para a sócia participante somaram o montante de R\$ 44.451 (R\$ 5.569 em 2022), perfazendo o montante total acumulado de R\$ 50.020. Os procedimentos referentes à abertura de CNPJ, escrituração em livros próprios e demais protocolos de acordo com os normativos estabelecidos na ITG 2000 (R1) estão em andamento pela sócia ostensiva – RuasInvest S.A.
- c) Em 31 de março de 2023, a Companhia recebeu de sua controlada Caio Induscar a título de adiantamento o montante de R\$ 29.000. O saldo remanescente será liquidado no primeiro semestre de 2024.

## 14 Provisões e contingências

A Companhia e suas controladas não possuem discussões judiciais cujo prognóstico de perda seja avaliado como “provável” por seus assessores jurídicos. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía processos avaliados como perda possível no montante de R\$ 426, os quais foram encerrados em 2023.

## 15 Patrimônio líquido

### a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as ações e o capital social estavam distribuídas entre os acionistas conforme abaixo:

Acionistas	2023			
	Quantidade de ações	Capital Subscrito	Capital Integralizado	Participação em %
AMARANTE Participações S.A.	143.666.667	143.668	123.668	33,33%
SERPA Participações S.A.	143.666.667	143.666	123.666	33,33%
MJR Participações S.A.	143.666.667	143.666	123.666	33,33%
	<u>431.000.001</u>	<u>431.000</u>	<u>371.000</u>	<u>100,00%</u>
Acionistas	2022			
	Quantidade de ações	Capital Subscrito	Capital Integralizado	Participação em %
AMARANTE Participações S.A.	143.666.667	143.668	123.668	33,33%
SERPA Participações S.A.	143.666.667	143.666	123.666	33,33%
MJR Participações S.A.	143.666.667	143.666	123.666	33,33%
	<u>431.000.001</u>	<u>431.000</u>	<u>371.000</u>	<u>100,00%</u>

Em dezembro de 2022 cada acionista integralizou a quantia de R\$ 6.800 totalizando um aumento de R\$ 20.400 no capital integralizado.

Em 29 de dezembro de 2023 cada acionista aprovou o aumento de capital correspondente ao seu percentual de participação na sociedade no montante de R\$ 10.966, totalizando o montante de R\$ 32.897, que serão integralizados no prazo de 36 meses.

**b. Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)**

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui registrados na rubrica da Adiantamento para futuro aumento de capital o montante de R\$ 32.897, que foram protocolados na Junta Comercial fora do prazo de 30 dias requeridos (vide nota explicativa de eventos subsequentes – Nota 25).

**c. Reserva legal e de lucros**

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou lucro líquido no montante de R\$ 353.652 (em 2022 – R\$281.331), a reserva legal foi constituída a 5% do lucro líquido do exercício, no montante de R\$ 17.683 (em 2022 – R\$ 14.067) e não poderá exceder a 20% do capital social.

Nos termos do art. 199 da Lei nº 6.404/76, a Companhia possui excesso de reservas sobre o capital, o que será tema de deliberação na próxima Assembleia Geral.

**d. Distribuição dos lucros (dividendos) e Juros sobre Capital Próprio (JCP)**

O Estatuto Social estabelece que os acionistas têm o direito de recebimento do dividendo mínimo obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) quota destinada a constituição da reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reservas para contingências, e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) lucros a realizar, transferidos para a respectiva reserva, e lucro anteriormente registrados nessa reserva que tem sido realizados no exercício

	<b>Controladora</b>	
	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Lucro líquido do exercício	<b>353.652</b>	<b>281.331</b>
Lucro após absorção de prejuízos acumulados	<b>353.652</b>	<b>281.331</b>
Constituição da reserva legal (5%)	17.683	14.067
Base de cálculo dos dividendos	335.969	267.264
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	83.992	66.816
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	<b>24%</b>	<b>24%</b>

**e. Ajuste de avaliação patrimonial (Controladora e Consolidado)**

Nesta rubrica são reconhecidos os efeitos de: ajuste de valor justo dos ativos mensurados por meio do resultado abrangente, bem como eventuais ajustes de avaliação patrimonial de suas investidas (consolidado). A Companhia reconheceu o montante de R\$ 13.024 no valor justo dos ativos registrados na rubrica Títulos e Valores Mobiliários, substancialmente referente à variação positiva no valor justo do fundo de Direitos Creditórios (Nota 4).

#### f. Resultado por ação

O resultado por ação é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o exercício.

	<b>Controladora</b>	
	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>Numerador</b>		
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	<u>353.652</u>	<u>281.331</u>
<b>Denominador</b>		
Média ponderada do número de ações no exercício	<u>431.000</u>	<u>431.000</u>
<b>Resultado por ação</b>		
Lucro básico e diluído por lote de mil ações	<b>0,82</b>	<b>0,65</b>

### 16 Receita operacional líquida

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>Receita de prestação de serviços</b>				
Comissão de Fiança	4.730	6.787	4.730	6.787
Prestação de serviço de veiculação			558	43.321
	<u>4.730</u>	<u>6.787</u>	<u>5.288</u>	<u>50.109</u>
<b>Deduções da receita bruta</b>				
Impostos sobre serviços prestados	(673)	(967)	(772)	(6.250)
<b>Total receita líquida</b>	<u>4.057</u>	<u>5.820</u>	<u>4.516</u>	<u>43.859</u>

### 17 Custos dos serviços prestados

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Pessoal de operações	(379)	(3.054)
Manutenção, limpeza e conservação de abrigos	(411)	(4.596)
Depreciação e amortização	(476)	(2.546)
Outorga fixa mensal	(1.231)	(4.520)
Outros gastos	(459)	(1.493)
	<u>(2.956)</u>	<u>(16.209)</u>

### 18 Despesas gerais e administrativas e com vendas

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Despesas com pessoal	(2.467)	(1.195)	(2.550)	(1.543)
Despesas com vendas	-	-	(185)	-
Despesas com depreciação	(34.554)	(6.330)	(34.554)	(6.330)
Serviços de terceiros - pessoa jurídica	(3.609)	(2.372)	(3.781)	(2.390)
Despesas com aeronave	(22.553)	(12.641)	(22.553)	(12.641)
Outras despesas	(4.505)	(2.884)	(4.595)	(8.659)
	<u>(67.688)</u>	<u>(25.422)</u>	<u>(68.218)</u>	<u>(31.563)</u>

## 19 Outras receitas e despesas operacionais

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>Outras receitas operacionais</b>				
Ganho na venda de investimento vantajosa	9.136	157.711	9.136	157.711
Devolução garantia	6.435	-	6.435	-
Dividendos e lucros recebidos	1.060	3.470	1.060	3.470
Ganho na venda de aeronave	75.588	-	75.588	-
Juros sobre capital próprio - investidas	7.218	-	7.218	-
Outras receitas operacionais	-	65	107	65
	<b>99.437</b>	<b>161.246</b>	<b>99.543</b>	<b>161.246</b>
<b>Outras despesas operacionais</b>				
Amortização de ativo intangível	(2.631)	(4.490)	(2.631)	(4.490)
Outras despesas operacionais	-	(139)	-	(10.630)
	<b>(2.631)</b>	<b>(4.629)</b>	<b>(2.631)</b>	<b>(15.120)</b>
	<b>96.806</b>	<b>156.617</b>	<b>96.912</b>	<b>146.126</b>

## 20 Resultado financeiro, líquido

	Nota	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
		<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>Receitas financeiras</b>					
Receitas de aplicações financeiras		12.329	17.034	12.341	17.034
Juros sobre mútuos	6	4.470	6.385	4.470	6.385
Variação monetária ativa		3.196	211	3.196	211
Variação cambial ativa		28.475	48.151	28.475	48.151
Ganhos com derivativos	22 b	27.036	-	27.036	-
Outros		-	1	-	54
		<b>82.657</b>	<b>71.782</b>	<b>82.669</b>	<b>71.834</b>
<b>Despesas financeiras</b>					
Imposto sobre Operações Financeiras – IOF		(185)	(21)	(185)	(21)
Juros sobre empréstimos bancários		(26.209)	(7.981)	(26.209)	(7.981)
Variação monetária passiva		(4.666)	(5.605)	(4.666)	(5.605)
Variação cambial passiva		(16.944)	(32.026)	(16.944)	(32.026)
Perda com derivativos	22 b	(4.398)	-	(4.398)	-
Comissões de fiança		(721)	(4)	(721)	(4)
Outras		(36)	(6.947)	(38)	(12.036)
		<b>(53.159)</b>	<b>(52.584)</b>	<b>(53.161)</b>	<b>(57.673)</b>

## 21 Imposto de renda e contribuição social

### a. Composição dos saldos dos tributos diferidos

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>Ativo de tributos diferidos</b>				
Mais valia Ótima	6.394	-	6.394	-
Variação cambial não realizada	8.912	-	8.912	-
Prejuízo fiscal e base negativa	54.642	3.419	54.642	3.419
	<b>69.948</b>	<b>3.419</b>	<b>69.948</b>	<b>3.419</b>
<b>Passivo de tributos diferidos</b>				
Ganho líquido na alienação de investimento (i)	(15.234)	(10.057)	(15.234)	(10.057)
Arrendamento	(12.701)	-	(12.701)	-
Swap de fluxo de caixa	(7.151)	-	(7.151)	-
	<b>(35.086)</b>	<b>(10.057)</b>	<b>(35.086)</b>	<b>(6.638)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo (passivo)</b>				
	<b>(35.086)</b>	<b>(10.057)</b>	<b>(35.086)</b>	<b>(6.638)</b>
<b>Classificação no balanço patrimonial:</b>				
Registrado no ativo não circulante	<b>34.862</b>	-	<b>34.862</b>	-
Registrado no passivo não circulante	-	<b>(6.638)</b>	-	<b>(6.638)</b>

- (i) Em novembro de 2017, a Companhia comprou 58,7% das ações da controlada Ótima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A. Em janeiro de 2018 o valor justo de R\$201.283 apurado após a reavaliação do ativo foi incorporado ao intangível da Empresa, do valor justo apurado, R\$134.976 foi considerado como ganho com compra vantajosa gerando a necessidade de constituição de um passivo diferido de R\$45.892 (aplicação de alíquotas fiscais combinadas de 34%). Conforme mencionado na Nota 26, em decorrência da alienação de 51% da participação societária da controlada em 2022, foi registrado imposto de renda diferido ativo limitado a 34% do imposto de renda diferido passivo, o qual deverá ser realizado mediante efetivação da referida transação de venda.

Durante o exercício de 2023, a Companhia contratou uma revisão dos procedimentos fiscais adotados na tributação sobre o ganho de capital na alienação de 51% do investimento na Ótima Concessionária, onde foi constatado que houve recolhimento a maior de IRPJ e CSLL em razão do não aproveitamento fiscal do ágio amortizado no período de 2017 até abril de 2022 oriundo dessa transação. A Companhia anexou junto à Receita Federal do Brasil pedido de restituição nos seguintes montantes: IRPJ - R\$ 4.796 e CSLL R\$ 1.726 (valores históricos). Esses valores não foram registrados em 31 de dezembro de 2023 e a Companhia aguarda a homologação do pedido de restituição junto à RFB, tais valores, quando restituídos serão corrigidos pela Selic.

**b. Reconciliação de alíquota**

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	326.883	314.473	332.854	318.191
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(111.140)	(106.921)	(113.170)	(108.195)
Prejuízo fiscal e base negativa	38.879	-	38.879	-
Equivalência patrimonial	89.832	53.808	90.522	55.017
Variação cambial	-	(1.320)	(3.873)	(1.320)
Dividendos recebidos	360	1.180	360	1.180
Amortização de ágio	(895)	(3.422)	(895)	(3.422)
Outras adições e exclusões	3.317	(208)	4.757	(208)
Compensação de prejuízo fiscal e realização de tributo diferido sobre compra vantajosa (i)	6.416	23.741	6.316	21.228
<b>Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício</b>	<b>26.769</b>	<b>(33.142)</b>	<b>26.769</b>	<b>(35.709)</b>
	<b>31%</b>	<b>10%</b>	<b>31%</b>	<b>10%</b>
Divulgado como:				
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(14.731)	(36.561)	(14.731)	(39.128)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	41.500	3.419	41.500	3.419
<b>Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício</b>	<b>26.769</b>	<b>(33.142)</b>	<b>26.769</b>	<b>(35.709)</b>

- (i) Conforme divulgado na Nota 7, pela alienação do investimento na Ótima Concessionária, a Companhia realizou, em 2022, a compensação de prejuízo fiscal e parcela do tributo diferido sobre compra vantajosa.

**c. Prejuízos fiscais e base negativa a compensar**

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Controladora apresentou, respectivamente, prejuízos fiscais acumulados no montante de R\$160.711 e R\$114.351. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia reconheceu um ativo fiscal diferido no montante de R\$34.862, pois há a possibilidade de que, até no ano de 2026, com a venda do saldo restante de participação da controlada ÓTIMA - Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A., lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar os benefícios destes, no mínimo junto a compensação dos tributos diferidos passivos.

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

**22 Instrumentos financeiros**

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração da Companhia.



## **Gerenciamento de risco financeiro**

Os principais fatores de risco a que a Companhia está exposta os seguintes riscos:

- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco de moeda; e
- Risco de taxas de juros.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

### **a. Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Tipicamente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 30 (trinta) dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros:

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor futuro</b>
Empréstimos e financiamentos - circulante	75.293	-
Empréstimos e financiamentos - não circulante	230.411	264.679
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar	82.871	-
Partes relacionadas	15.088	-
Outras a pagar	82.224	-
	<u><b>485.887</b></u>	<u><b>264.679</b></u>

### **b. Risco de mercado**

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras ou econômicas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Companhia. Inclui o risco das variações das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços das ações e dos preços das *commodities*.

Em 2023, não houve exposição relevante ao risco de mercado. As exposições existentes e o mapa de descasamento de indexadores são acompanhados.

Em virtude de obrigações financeiras assumidas pela Companhia, denominadas em dólares norte-americanos, foi implementada uma política de proteção cambial que estabelece níveis de exposição vinculados a esse risco, em que são contratadas operações com instrumentos financeiros derivativos do tipo “swap”.

#### Instrumentos derivativos

A Companhia contratou operação de “swap” de fluxo de caixa com o objetivo de minimizar o risco de exposição de taxa de juros e câmbio frente ao arrendamento financeiro (Nota 12) contratado. Essa operação consiste na troca de taxa de juros pré-fixada em reais por taxa de juros em dólar mais variação cambial.

As operações de “swap” em aberto em 31 de dezembro de 2023 estão demonstradas a seguir:

Descrição	Taxa	Controladora e Consolidado		
		Valor referencial Nocional	Valor justo	Efeito acumulado até 31/12/2023
<b><u>Banco Safra</u></b>				
Ponta ativa – pré- fixada	15,2% a.a.	149.636	170.669	21.033
Ponta passiva - variação cambial	US\$ + 7,63% a.a.	149.636	149.636	
Total geral do valor líquido a receber				21.033
Curto prazo				10.621
Longo prazo				10.412

O saldo ativo de R\$21.033 refere-se ao ajuste líquido a receber, calculados a valor de mercado em 31 de dezembro de 2023, dos instrumentos financeiros derivativos em aberto naquela data, registrados na rubrica "Instrumentos financeiros derivativos" no ativo circulante e não circulante.

#### c. Risco de moeda

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras na contratação de instrumentos financeiros. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui 3 contratos de empréstimos em moeda dólares americanos (Nota 12).

A exposição líquida em moeda estrangeira está apresentada no quadro a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2023	
	Valor contábil	Valor futuro
Empréstimos e financiamentos - circulante	60.792	63.610
Empréstimos e financiamentos - não circulante	87.445	109.823
<b>Total</b>	<b>148.237</b>	<b>173.433</b>

#### d. Risco de taxa de juros

##### *Análise de sensibilidade*

As variações mais significativas estão atreladas às operações pós-fixadas registradas no grupo de empréstimos e aplicações financeiras.

##### *Gestão do capital*

A política da Administração da Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

##### *Classificação dos instrumentos financeiros*

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro abaixo a seguir e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>Ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado</b>				
Títulos e valores mobiliários	84.604	90.651	84.604	19.517
Aplicações financeiras	65.689	131.183	65.775	132.214
	<b>150.293</b>	<b>221.834</b>	<b>150.379</b>	<b>151.731</b>
<b>Ativos financeiros pelo custo amortizado</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	929	316	939	487
Partes relacionadas	62.201	71.134	62.201	71.134
Contas a receber de clientes	-	2.292	248	2.553
Empréstimos - partes relacionadas	39.721	35.251	39.721	35.521
Dividendos a receber	65.024	46.527	65.024	46.527
Outros ativos	3.987	41.147	3.925	41.482
	<b>171.862</b>	<b>125.533</b>	<b>172.058</b>	<b>127.704</b>
	<b>488.496</b>	<b>295.649</b>	<b>488.716</b>	<b>295.992</b>
<b>Outros passivos financeiros</b>				
Empréstimos e financiamentos	305.704	158.252	305.704	158.252
Fornecedores e contas a pagar	1.468	-	1.686	30
Empréstimos - partes relacionadas	15.088	15.964	15.088	15.964
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	83.992	81.180	83.992	81.180
Outras contas a pagar	82.244	40.253	82.246	40.566
	<b>488.496</b>	<b>295.649</b>	<b>488.716</b>	<b>295.992</b>

## 23 Transações que não afetam o caixa

A Companhia e suas controladas realizou durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 as seguintes transações que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa, conforme requerido pelo pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
	2023	
<b>Empréstimos e Financiamentos</b>		
Adição de arrendamentos financeiros	152.501	152.501
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>		
Compensação de impostos retidos na fonte	6.419	6.419
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa de períodos anteriores	18.576	18.576
<b>Patrimônio líquido</b>		
<b>Aumento de capital com dividendos mínimos obrigatórios</b>		
Aumento de capital	39.600	39.600
Adiantamento para futuro aumento de capital	32.897	32.897
Mudança no valor justo de ativos	13.024	13.024

## 24 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguro de naturezas diversas, contratados com as principais seguradoras do país. Essas apólices foram definidas conforme o programa do grupo e levaram em consideração a natureza e o grau de risco envolvido, em valores de cobertura suficientes para seus ativos.

A Companhia não está prevendo ter quaisquer dificuldades para renovar nenhuma das apólices de seguro e acredita que a cobertura seja razoável em termos de valor e compatível com os padrões do setor no Brasil.

## 25 Eventos subsequentes

Em 25 de janeiro de 2024 foi celebrado o aditamento do contrato de empréstimo com o Banco Santander no montante de US\$ 12,000, remunerados a 5,44% ao ano, com vencimento de principal em janeiro de 2027 e pagamento de juros semestrais nos meses de julho e janeiro.

Em 18 de fevereiro de 2024 a Companhia assinou o termo de quitação referente a 16 contratos de mútuos com a Ótima Concessionária Exploração de Mobiliário Urbano S.A. mediante o recebimento no montante de R\$ 40.720.

Em 22 de fevereiro de 2024 foi protocolado na Jucesp a Ata acerca do aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 32.896 mediante saldo remanescente de dividendos mínimos obrigatórios apurados no exercício de 2022 não distribuídos aos acionistas.

\*\*\*